

**Por mais que os movimentos feministas, políticas públicas e leis incidam para que a violência seja considerada inaceitável na sociedade, outros processos de disputa, como as ofensivas conservadora e neoliberal que estamos vivendo, tendem a reforçar o modelo de opressão patriarcal masculina que tem a violência como pilar, mesmo que de maneira mascarada.**

## **Passos da luta pelo fim da violência contra as mulheres**

*Sonia Coelho,  
Helena Zelic<sup>1</sup>*

O combate à violência contra a mulher no Brasil vem de longa data, de quando o movimento feminista tomou força nos anos 1970. Naquele momento, a luta contra a violência estava no centro da agenda do movimento feminista porque era fundamental desnaturalizar a violência como um elemento intrínseco das relações entre homens e mulheres.

O dizer popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher” foi contestado e desmistificado pelo movimento, que produziu reflexões e ações, demonstrando que a violência contra a mulher é sustentada e se alimenta pelo sistema capitalista, patriarcal e racista. Assim, expuseram a violência como um mecanismo de poder dos homens sobre as mulheres, gerado por uma sociedade desigual. Neste mesmo período, as feministas

---

<sup>1</sup> Sonia Coelho e Helena Zelic são militantes da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e compõem a equipe técnica da Sempreviva Organização Feminista (SOF).

aprofundavam e difundiam os estudos em torno das relações sociais de gênero, instrumento de reflexão fundamental para compreendermos a construção social do homem e da mulher na sociedade.

Esta abordagem contribuiu para desmontar a ideia de que há uma superioridade nata nos homens e uma inferioridade feminina (também compreendida como uma fragilidade). Esta hierarquia é fruto de relações de poder que delegam às mulheres um lugar de subalternidade, enquanto os homens, coletivamente, usufruem o poder e privilégio sobre elas, mesmo sendo explorados, junto com as mulheres, pela sociedade de classes. A violência não é um fenômeno isolado e individual de um homem contra uma mulher, mas sim um instrumento de controle e disciplina do corpo, da vida e do trabalho das mulheres na sociedade capitalista.

No Brasil, a história da violência e do controle sobre as mulheres conta, em sua espinha dorsal, com a força do racismo e do colonialismo, elementos que permitiram as violências da escravidão, do estupro e da exploração das mulheres negras e indígenas.

Nos anos 1980, o movimento feminista organizou a criação de grupos de mulheres com profissionais que atendiam gratuitamente aquelas vítimas de violência. Neste mesmo período, o movimento feminista refletia e reivindicava a atenção do Estado, já que as violências sofridas se configuravam como um problema social intrínseco à sociedade capitalista, e, portanto, tarefa também do Estado. A resposta foi a criação das primeiras Delegacias da Mulher (a primeira em 1985, em São Paulo). Embora seja uma resposta muito limitada, foi um marco por ter explicitado para a sociedade que o Estado tem responsabilidade pela violência e que precisa combatê-la.

Outro aprendizado das experiências do atendimento e da militância feminista foi entender que a violência contra as mulheres não se restringe àquela física ou ao assassinato, suas formas mais extremas. Tampouco a violência contra as mulheres se restringe à doméstica: está em todos os espaços, públicos e privados, no campo, na cidade e, atualmente, também nos meios virtuais. O caráter estrutural da violência contra as mulheres se alimenta e é alimentado, em um mesmo movimento, pelo racismo, pelas desigualdades de classe e também pela lesbofobia. Isto demonstra que a luta, as ações e políticas para o enfrentamento à violência são mais comple-

xas e devem ser trabalhadas com políticas de curto, médio e longo prazos. Para isso, a auto-organização do movimento feminista é fundamental para tratar do assunto com base na realidade das mulheres e para intervir com ações rumo a mudanças mais qualitativas e estruturais na sociedade como um todo.

A partir destas discussões, o movimento feminista passou a reivindicar do Estado que construísse com políticas de enfrentamento à violência para além das delegacias e meios punitivos. Isso significa lutar por políticas de apoio que precisam romper com uma situação de violência, construir caminhos rumo à autonomia econômica para todas as mulheres e construir uma política integral de atendimento às mulheres não apenas nos aspectos punitivos, mas também nos aspectos preventivos da violência para que não aconteça.

### **Governo Lula e Dilma: avanço no combate à violência**

Em 2003, o governo Lula criou a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), com *status* de Ministério. Este foi um reconhecimento importante por parte do governo, de que as desigualdades de gênero têm que ser enfrentadas e alteradas. Logo no início do governo, foi proposta uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Em 2007, criou-se o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, como uma nova estratégia de gestão e execução de políticas articuladas e multissetoriais. Neste período, o movimento de mulheres apoiou e lutou para que os estados e municípios pudessem aderir ao pacto, já que a proposta respondia à preocupação dos movimentos de que as políticas chegassem e se materializassem na vida concreta das mulheres nos municípios.

Outra proposta inovadora, oriunda da luta da Marcha das Margaridas, foi a proposição de unidades móveis de atendimento (barcos, ônibus adaptados) às mulheres do campo, da floresta e das águas. A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. Com um processo de luta e mobilização em todos os estados, a Marcha das Margaridas reúne, a cada quatro anos, dezenas de milhares de

mulheres em Brasília, sempre na semana de 12 de agosto, data que marca o assassinato da sindicalista rural Margarida Maria Alves. Durante as Marchas das Margaridas, vimos que as políticas de combate à violência e a própria lei Maria da Penha, que também foi um marco desse período, ainda não chegavam à vida das mulheres nos rincões mais distantes do meio rural.

Outro aspecto importante foi a ampliação de serviços: até 2003, além de não haver nenhuma política nacional, os equipamentos conhecidos eram as delegacias e casas-abrigo em quantidade muito escassa, concentradas principalmente em algumas grandes capitais. Em 2003, havia um total de 187 serviços. Em 2011, contabilizavam-se 963 serviços. Ainda era muito pouco diante da dimensão do país e da extensão da violência, mas mostrava-se um movimento crescente, responsável também pela diversificação dos serviços, como Centros de Referência com atendimento preventivo, casas de passagens e atendimentos organizados na saúde.

## **O golpe contra as mulheres**

Com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, os primeiros ministérios fechados foram nas áreas sociais: Políticas para Mulheres, Promoção da Igualdade Racial, Desenvolvimento Agrário. Segundo relatório do Inesc e Oxfam “Direitos humanos em tempos de austeridade”, o orçamento do programa de políticas para as mulheres em 2017, que foi inicialmente estipulado em R\$ 96,5 milhões, teve apenas R\$ 32,2 milhões liberados. De 2014 a 2018, o orçamento de políticas para as mulheres foi cortado em mais de 80%.

Também as políticas que estavam em andamento foram abandonadas, como é o caso da Casa da Mulher Brasileira, um equipamento que proporcionaria às mulheres um atendimento integral, sem ter que peregrinar entre vários serviços. Em 2018, o projeto já deveria ter sido concluído. Apesar do orçamento federal previsto para 25 casas, por causa do golpe são apenas três casas em funcionamento no país. Em São Paulo, ao final de 2014, a Casa da Mulher Brasileira já tinha sua obra concluída em mais de 90%. A prefeitura de João Dória Júnior deixou a obra abandonada. Foi preciso que a Marcha Mundial das Mulheres, em conjunto com outros

movimentos sociais, ocupasse a Casa para exigir, do poder público, a continuidade da obra e abertura do serviço.

## **O desmonte das políticas contribui para a perpetuação da violência contra as mulheres**

Quando falamos de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, não basta atendê-la em uma delegacia. Ela precisa reconstruir a vida, e isto só é possível tendo trabalho, renda, acesso a políticas públicas de saúde, creche, educação para os filhos, moradia e/ou aluguel social, dentre outros programas sociais que dão suporte para a reconstrução de uma vida sem violência, que deveria ser uma prerrogativa da sociedade. Nossa realidade é justamente oposta: o golpe escancarou o desmonte da Constituição brasileira, que neste ano completaria 30 anos.

A PEC 95, que congela os recursos das áreas de saúde, educação e assistência social por 20 anos; a proposta de reforma da previdência, que pretende fazer as pessoas trabalharem até morrer e aprofunda as desigualdades sociais; a aprovação da reforma trabalhista; a política econômica neoliberal que já gerou, em pouco mais de dois anos, 13 milhões de desempregadas/os, todos esses retrocessos são, também, violações dos direitos humanos, em especial, das mulheres negras e pobres.

## **A realidade da violência contra a mulher**

A violência não é um fenômeno isolado do sistema de dominação e exploração que subordina as mulheres ao controle patriarcal, classista e racista. Segundo dados do Atlas da Violência do IPEA 2017, a mortalidade de mulheres não negras teve uma redução de 7,4% entre 2005 e 2015, atingindo o número de 3,1 mortes para cada 100 mil mulheres não negras – ou seja, abaixo da média nacional. Mas a mortalidade de mulheres negras teve um aumento de 22% no mesmo período, chegando à taxa de 5,2 mortes para cada 100 mil mulheres negras.

Esse acirramento do patriarcado e do racismo em nosso país é perceptível pelo grau de violência a que milhões de mulheres estão submetidas cotidianamente. Em 2016, o Ministério da Saúde registrou um aumento de 124% no número de estupros coletivos nos últimos anos. Hoje são 10

casos de estupros coletivos por dia, a maioria praticada contra crianças e adolescentes meninas. Entende-se que o estupro é um crime subnotificado e que apenas 10% dos casos são denunciados. A pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” (2017), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela que dois terços dos entrevistados, entre homens e mulheres, percebem um aumento da violência contra as mulheres, e afirmam que acontece em seus próprios bairros.

Em uma oficina com mulheres da Marcha Mundial das Mulheres no Campo Limpo, zona sul da cidade de São Paulo, uma participante ponderou que, durante o golpe, se intensificaram os xingamentos à presidenta Dilma Rousseff, veiculados pelos meios de comunicação. Ela sente que o machismo ficou mais forte na sociedade e, vê, cada vez mais, as mulheres sendo agredidas nas ruas de seu bairro. A misoginia foi uma parte estruturante do golpe de 2016, como é da estrutura da política em geral, que exclui as mulheres, especialmente quando são porta-vozes de ideias feministas e transformadoras das estruturas da sociedade.

### **Sem culpa, nem desculpa, mulheres livres de violência!**

No início de 2014, o Ipea apresentou uma pesquisa intitulada “Tolerância social à violência contra as mulheres”. Os dados demonstraram que parte da sociedade ainda culpabiliza, aceita e justifica a violência contra a mulher. Diante da pergunta “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros?”, 58% dos entrevistados responderam que sim. A realidade é que a maioria dos estupros ainda vitima crianças e adolescentes. Outro absurdo é que 26% acreditam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Mais uma vez, a percepção de grande parte dos entrevistados é de que a culpa pela agressão é das mulheres, que supostamente “provocariam”, e não dos homens que têm livre acesso ao corpo das mulheres.

Por mais que os movimentos feministas, políticas públicas e leis incidam para que a violência seja considerada inaceitável na sociedade, outros processos de disputa, como a ofensiva conservadora e neoliberal que estamos vivendo, tendem a reforçar o modelo de opressão patriarcal masculina que tem a violência como pilar, mesmo que de maneira mascarada.

A Marcha Mundial das Mulheres, que tem, desde seu princípio, o enfrentamento à violência como parte de sua agenda, iniciou, em 2014, a campanha nacional “Sem culpa, nem desculpa! Mulheres livres de violência”. A realização desta campanha foi motivada pela necessidade de colocar as causas da violência no centro da discussão, tendo como estratégia a auto-organização das mulheres. Os dados e realidade da violência contra as mulheres demonstram que as políticas públicas são importantes, mas sozinhas não se mantêm e não são capazes de alterar os mecanismos que atuam para a sua reprodução cotidiana. Organizar-se no movimento feminista é um passo necessário para darmos respostas coletivas e acirrarmos a visão crítica sobre as situações de violência banalizadas pela própria justiça.

### **Nossos desafios para viver uma vida livre de violência**

Diante desta história de lutas, são tarefas necessárias: construir permanentemente ações de solidariedade e preventivas para apoiar e acolher as mulheres e prevenir as situações de violência no campo e na cidade. Para isso, toda a sociedade tem que estar envolvida nesta luta – que, hoje, busca restabelecer os direitos que foram retirados pelo golpe e avançar para um projeto democrático, popular, feminista e antirracista.

Estamos vivendo um período de avanço do conservadorismo em níveis nacional, regional e global. Diante desta conjuntura acirrada, é necessário enfrentar cotidianamente a violência contra as mulheres, o racismo, a LGBTfobia. Para viver uma vida livre de violência, não basta libertar apenas a si mesma. Nós, enquanto feministas anticapitalistas, identificamos que estas violências serão superadas com a destruição do capitalismo patriarcal e racista e a transformação social que nos leve a uma sociedade de igualdade, uma sociedade socialista e feminista.

### **Referências**

- SOF. Feminismo e autonomia das mulheres: caminhos para o enfrentamento à violência. *Cartilha*. SOF, 2018.
- SOF. Mulheres em luta por uma vida sem violência. *Cartilha*. SOF, 2015.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. “Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil”. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.
- \_\_\_\_\_. Mapa da violência 2015. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.
- IPEA. Atlas da Violência 2017. Ipea, 2017.